

THADEU AUGIMERI DE GOES LIMA

E

Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – 2012.
Especialista em Direito e Processo Penal pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) – 2007.
Promotor de Justiça no Estado do Paraná desde 2003, atualmente na
Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

**TUTELA CONSTITUCIONAL
DO ACESSO À JUSTIÇA**



Porto Alegre / 2013

© Thadeu Augimeri de Goes Lima

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

L732t

Lima, Thadeu Augimeri de Goes

Tutela constitucional do acesso à justiça / Thadeu Augimeri de Goes Lima. – Porto Alegre : Núria Fabris Ed., 2013.

264 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8175-028-6

1. Acesso à Justiça : Direitos e Garantias Individuais.
2. Estado Democrático de Direito. 3. Condição da Ação.
4. Legitimidade Ativa. I. Título.

CDU – 347.921.8

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a

NÚRIA FABRIS EDITORA

Rua Gen. Caldwell, 814 – Menino Deus

CEP 90130-050 – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3231-9321

Fax: (51) 3013-3339

E-mail: nuriafabris@terra.com.br

Site: www.livrariafabris.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO.....	17
INTRODUÇÃO	21
1 DIREITOS FUNDAMENTAIS, NEOCONSTITUCIONALISMO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO A PARTIR DO SEGUNDO PÓS-GUERRA: NOVOS ATORES; NOVOS PAPEIS; NOVAS IDEIAS.....	27
1.1 Neoconstitucionalismo: a hora e a vez das Constituições normativas e dos Estados Democráticos de Direito	32
1.2 Sobre princípios e regras: marcando semelhanças e diferenças.....	38
1.3 A constitucionalização do ordenamento jurídico e a “nova hermenêutica constitucional”	49
1.4 O dilema constitucional do Estado Democrático de Direito: procedimentalizar ou substancializar? A jurisdição constitucional e a delicada questão da sua legitimidade democrática	56
2 NEOPROCESSUALISMO: A INTERAÇÃO ENTRE CONSTITUIÇÃO E PROCESSO JURISDICIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	75
2.1 Instrumentalidade e escopos do sistema processual jurisdicional no Estado Democrático de Direito: uma necessária releitura a partir do embate entre substancialismo e procedimentalismo	90
3 ACESSO À JUSTIÇA: O DIREITO DE AÇÃO E AS CONDIÇÕES PARA O SEU LEGÍTIMO EXERCÍCIO, SOB A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL	121
3.1 Notas sobre o direito de ação, ontem e hoje, e seus significados jurídico e político	125

3.2 O alcance normativo do art. 5º., inciso XXXV, da Constituição Federal: a disciplina e as garantias do direito de ação.....	136
3.3 Condições da ação e exercício do direito de ação: uma abordagem a partir dos escopos do sistema processual jurisdicional, constitucionalmente assentados	149
4 LEGITIMIDADE PARA AGIR NOS MARCOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA RELEITURA CONSTITUCIONAL	171
4.1 Ações coletivas e legitimidade <i>ad causam</i>	188
4.2 Críticas ao sentido comum teórico: importância de uma compreensão constitucionalmente adequada da legitimidade para agir e esboço de uma nova proposta classificatória	208
CONCLUSÃO	241
REFERÊNCIAS	249